



SCUT
SCALING UP
TAX JUSTICE

GOVERNANÇA ECONÓMICA

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 23 de Novembro de 2023 | Ano V, n.º 31 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Moçambique participa na 26ª Reunião Continental da Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação

- Depois do lançamento bem-sucedido em meados de Outubro, o Grupo Nacional de Trabalho da Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação (APNIFT) participou, entre os dias 26 e 28 de Outubro, em Nairobi, na 26ª Reunião continental do movimento que lidera a luta contra os fluxos financeiros ilícitos (IFF) e as injustiças fiscais na África.



Sob o signo “A liderança da África no combate aos fluxos financeiros ilícitos”, o evento, de dois dias, reuniu parlamentares, fazedores de políticas e outros actores relevantes de mais de 40 países, criando uma plataforma ímpar

para diálogo e partilha de experiências para o fortalecimento dos esforços de defesa e promoção de reformas legislativas a fim de combater os IFF e promover sistemas financeiros transparentes e responsáveis na África.



“

Estimativas indicam que o país perde anualmente até 144,3 milhões de dólares americanos em impostos só com abusos fiscais internacionais sob a forma de transferências de lucros para paraísos fiscais por multinacionais e indivíduos ricos que escondem activos e rendimentos não declarados no estrangeiro, cerca de 5% das receitas fiscais cobradas.

”

Moçambique esteve representado ao mais alto nível por uma comitiva liderada pelo presidente do Grupo de Trabalho da APNIFT em Moçambique, o Prof. Doutor António Rosário Niquice, presidente da Comissão do Plano e Orçamento na Assembleia da República. Enquanto para os outros países se trata-

va de mais uma reunião das mais de duas dezenas que a Rede vem promovendo desde o seu estabelecimento em 2017, para Moçambique o evento veio carregado de um simbolismo especial pelo facto de ser o primeiro em que o país participa representado pelo recém-constituído Grupo Nacional de Trabalho.



A participação no encontro continental representou, assim, o primeiro engajamento formal do Grupo Nacional com os restantes membros da Rede. O Grupo foi constituído em meados de Outubro, em Maputo, num *Workshop* de Alto Nível or-

ganizado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com a Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação (APNIFTT) e a *Tax Justice Network Africa* (TJNA).



Workshop de Alto Nível para o Lançamento do Grupo de Trabalho Nacional da APNIFT em Moçambique

Em conformidade com as regras estabelecidas pela Rede para o efeito, o Grupo Nacional de Trabalho da APNIFT em Moçambique foi oficialmente lançado com a subscrição de 11 membros da Assembleia da República, provenientes de diferentes bancadas e comissões do órgão legislativo. Como resultado das deliberações dos membros, foi determinado que a Comissão do Plano e Orçamento (Segunda Comissão) presidiria o Grupo, com o apoio da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (Primeira Comissão), na vice-presidência.

Com o lançamento do grupo, Moçambique de-

monstrou seu compromisso na causa e uniu-se a um movimento regional cada vez mais expressivo na luta contra um problema global com graves consequências económicas, sociais e políticas, sobretudo para as populações mais pobres que vivem em países africanos: os IFF.¹ Aliás, conforme reconheceu António Niquice, Presidente da Comissão do Plano e Orçamento e do Grupo de Trabalho da APNIFT-Moçambique, aquando do lançamento do Grupo, trata-se de matérias que, nos dias que correm, são de interesse fundamental para o país, principalmente considerando os desenvolvimentos na indústria extractiva.



António Niquice, Presidente da Comissão do Plano e Orçamento e do Grupo de Trabalho da APNIFT-Moçambique

“Acreditamos que este engajamento vai permitir troca de experiências, boas práticas e um aprendizado comum ao nível da região para que o parlamento moçambicano esteja devidamente capacitado e treinado para mitigar o efeito nefasto das injustiças fiscais e dos fluxos financeiros ilícitos”, destacou.

Trata-se de uma plataforma regional que irá for-

talecer as capacidades dos parlamentares de abordar de forma mais efectiva e promover intervenções que combatam os fluxos financeiros ilícitos, as injustiças fiscais e as questões relacionadas com a mobilização doméstica de recursos, promovendo políticas fiscais justas no país e no continente. Segundo explicou António Boene, vice-presidente do Grupo da Rede em Moçambique e presidente

¹ O Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (HLP) define os IFF como “dinheiro que é obtido, transferido ou utilizado ilegalmente”, mas inclui a fuga ao fisco, em oposição apenas à evasão, como um tipo de IFF.

da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade, a integração vai permitir estreitar relações com outros parlamentares, principalmente da região Austral da África. “Isso vai

permitir-nos também colher experiências de outras latitudes sobre como é que eles lidam com matérias desta natureza e como é que se pode efectivamente reduzir os fluxos financeiros ilícitos”, frisou.



António Boene, Presidente da Primeira Comissão da AR e vice-presidente do Grupo de Trabalho da APNIFT-Moçambique

As expectativas são enormes. Para a presidente da APNIFT, a adesão de Moçambique à rede como o quadragésimo sétimo país a constituir um Grupo Nacional reforça o movimento na luta contra IFF e injustiças fiscais no continente: “Esperamos que eles comecem a aprovar projectos de lei, garantam que a questão dos Fluxos Financeiros Ilícitos permaneça em pauta nas discussões da Assembleia Nacional. Nas comissões, especialmente nas de orçamento, contas públicas e finanças, queremos ver essa questão sendo abordada e com uma perspectiva de género. Não podemos continuar perdendo tanto dinheiro como continente. Moçambique não pode continuar perdendo tanto dinheiro”.

“

Esperamos que eles comecem a aprovar projectos de lei, garantam que a questão dos Fluxos Financeiros Ilícitos permaneça em pauta nas discussões da Assembleia Nacional.

”



Khanyisile Litchfield-Tshabalala, Presidente da APNIFT

Recorde-se que, assim como os outros países da região, Moçambique não está isento do problema perverso dos IFF. Pelo contrário, a sua vasta e diversificada riqueza em recursos naturais (minerais e reservas de gás) tornam o país num terreno fértil para o desenvolvimento de tais práticas. Estes fluxos representam um obstáculo significativo para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos, desviando recursos críticos que poderiam catalisar o crescimento económico sustentável, a criação de emprego, a redução da pobreza, a abordagem das alterações climáticas e outros desafios enfrentados pelo país.

Estimativas indicam que o país perde anualmente até 144,3 milhões de dólares americanos em impostos só com abusos fiscais internacionais sob a forma de transferências de lucros para paraísos fiscais por

multinacionais e indivíduos ricos que escondem activos e rendimentos não declarados no estrangeiro, cerca de 5% das receitas fiscais cobradas. Estes dados representam apenas uma pequena fracção da real magnitude dos fluxos ilícitos no país e realça a urgência de esforços mais proactivos para conter as perdas de recursos decorrentes do desafio perverso dos IFF.

Este cenário mina os esforços de crescimento económico e desenvolvimento no país, ao reduzir os fundos disponíveis para os serviços públicos, infra-estruturas e combate à pobreza. Além disso, agrava ainda mais as desigualdades de rendimentos, uma vez que os mais ricos muitas vezes estão em melhor posição para se envolverem em tais actividades, deixando o fardo resultante da redução dos recursos públicos sobre as populações mais vulneráveis.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

